

Capacidades estatais municipais: uma análise bibliográfica dos últimos doze anos

Autoria

Desiree Quintino Klem - desireeklem@gmail.com

Glaice Teodoro Lima - glalice.teodoro@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGADM / UFG - Universidade Federal de Goiás

Daniela Rosim - danielarosim@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGADM / UFG - Universidade Federal de Goiás

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo verificar, na literatura nacional, como vem se desenvolvendo o tema capacidades estatais municipais e seu papel nos diferentes setores de políticas públicas. Como metodologia, este artigo se classifica como uma revisão bibliográfica de artigos publicados em língua portuguesa (Brasil) no período entre 2010 e 2021. Ao final verificou-se uma reduzida quantidade nas publicações nos últimos doze anos, demonstrando uma temática ainda pouco explorada nos municípios, limitada à algumas áreas de estudo e à poucos pesquisadores. Contudo é possível constatar uma tendência de crescimento do campo, considerando as lacunas identificadas pelos autores.

CAPACIDADES ESTATAIS MUNICIPAIS: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DOS ÚLTIMOS DOZE ANOS

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo verificar, na literatura nacional, como vem se desenvolvendo o tema capacidades estatais municipais e seu papel nos diferentes setores de políticas públicas. Como metodologia, este artigo se classifica como uma revisão bibliográfica de artigos publicados em língua portuguesa (Brasil) no período entre 2010 e 2021. Ao final verificou-se uma reduzida quantidade nas publicações nos últimos doze anos, demonstrando uma temática ainda pouco explorada nos municípios, limitada à algumas áreas de estudo e à poucos pesquisadores. Contudo é possível constatar uma tendência de crescimento do campo, considerando as lacunas identificadas pelos autores.

INTRODUÇÃO

A Capacidade estatal pode ser definida como um conjunto de qualidades e competências que o Estado detém para promoção do desenvolvimento econômico e social (GOMIDE, 2016). Acompanhando essa definição pode-se dizer que Estados capazes são aqueles que promovem o desenvolvimento através de habilidades burocráticas e organizacionais (CENTENO, KOHLI E YASHAR, 2017).

Inicialmente, os estudos envolvendo capacidades mantinham seu foco no desenvolvimento econômico e capacidade fiscal, ou seja, na habilidade de arrecadação de impostos (AGUIAR E LIMA, 2019). Posteriormente, essas definições foram ampliadas, englobando outras categorias de análise e, por sua vez, diversificando (AGUIAR E LIMA, 2019). Tal fato garantiu ao conceito de capacidades o status de conceito multidimensional (COELHO, GUTH, LOUREIRO, 2020).

Desde o século XX, a literatura nacional e internacional relacionada às capacidades estatais nos municípios é escassa e limitada, principalmente, à dimensão fiscal (AGUIAR E LIMA, 2019). A maior parte dos estudos relacionados às capacidades estatais se concentra no Executivo Federal, de maneira que pouco se conhece sobre como atua a burocracia em nível municipal, assim como é sua capacidade de ação e quais as consequências dessa atuação para os serviços públicos municipais (SÁTYRO; CUNHA; CAMPOS, 2016).

Trazendo em seu bojo o federalismo, a constituição de 1988 inovou ao determinar a autonomia política, administrativa e financeira dos municípios, descentralizando a gestão local (GRIN et al, 2018). A intenção por detrás da descentralização era o pressuposto de que essa autonomia traria o aumento da democracia e eficiência fiscal, contudo o efeito reverso também aconteceu, evidenciando uma baixa capacidade administrativa no governo local (GRIN et al, 2018). No âmbito municipal, a capacidade estatal representa a aptidão do governo local em planejar, implementar e garantir a manutenção de políticas públicas, mesmo que por impulsionamento federal (COELHO, GUTH, LOUREIRO, 2020).

Considerando a amplitude do conceito de capacidades, torna-se relevante aprofundar o conhecimento sobre como o Estado impacta no processo de implementação de políticas públicas a nível local, a partir de comparações e conexões com as discussões atuais sobre o assunto e seus desdobramentos, a fim de se compreender o desempenho das gestões municipais (COELHO, GUTH, LOUREIRO, 2020).

Portanto, este trabalho teve por objetivo verificar, na literatura nacional, como vem se desenvolvendo o tema capacidades estatais municipais e seu papel nos diferentes setores de políticas públicas. O artigo está organizado em quatro seções: a primeira seção aborda aspectos conceituais sobre capacidades estatais; a segunda seção apresenta os aspectos metodológicos da pesquisa; na terceira seção são apresentadas as discussões e resultados; e a última seção conclui os principais

aspectos do estudo. Os textos selecionados foram submetidos a uma sistematização com base nos temas abordados e nas dimensões das capacidades estatais discutidas.

1. CAPACIDADES ESTATAIS: ASPECTOS CONCEITUAIS

O conceito de capacidade estatal surgiu na segunda metade do século XX, principalmente, a partir do interesse; da sociologia política; em entender o papel do Estado no desenvolvimento (CINGOLANI, 2013). Em verdade, é possível afirmar que o debate sobre essa temática perdura por décadas assim como a existência de competição entre definições, hipóteses, métodos e maneiras de medir as capacidades estatais (CENTENO; KOHLI; YASHAR, 2017).

As capacidades do Estado referem-se às capacidades institucionais, organizacionais e burocráticas para implementar projetos de governo (CENTENO *et al*, 2017). Nesse sentido, é um termo de potencialidade utilização com base no alcance territorial, recursos, experiência humana e coerência organizacional (incluindo hierarquias claras, mandatos, informações, responsabilidade e capacidade de conciliar mandatos múltiplos/concorrentes) (CENTENO *et al*, 2017).

Aguiar e Lima (2019) argumentam que no debate sobre capacidades estatais existem várias definições para o conceito, complexas ou simples, mas que podem ser observadas entre elas algumas congruências como a centralidade do Estado em exercer suas funções de forma profissionalizada. Os autores sustentam também a ênfase dos primeiros trabalhos de campo na capacidade fiscal, coercitiva e de penetração no território.

Descrito na literatura como multidimensional, o conceito de capacidades estatais se caracteriza por não apresentar atributos inflexíveis e imutáveis, sendo que sua materialização pode se manifestar de maneiras diversas (GOMIDE, 2016). Como já mencionado, alguns autores como Cingolani (2013), Gomide (2016) e Pires e Gomide (2016) propuseram dimensões de análise das capacidades estatais, cujas propostas de dimensões e suas respectivas conceituações estão sistematizadas no Quadro 1.

Em um contexto local, a Constituição Federal de 1988 teve papel fundamental ao declarar autonomia aos municípios para desenvolver e implementar boa parte das políticas públicas (GRIN; ABRÚCIO, 2018). Contudo, olhando para o panorama histórico, as responsabilidades de planejamento e implementação se concentravam no governo federal, assim, ao se descentralizar o poder, as novas incumbências dos municípios trouxeram demandas e desafios que deveriam estar acompanhadas de capacidades estatais para uma boa gestão (PAPI; DEMARCO, 2018).

Quadro 1- Dimensões segundo autores

Dimensões	Cingolani (2013)	Gomide (2016)	Pires e Gomide (2016)
Coercitiva/militar	Capacidade do Estado de monopolizar a administração do poder coercitivo	Capacidade de manter a ordem pública	-
Fiscal	Poder do Estado de extrair recursos da sociedade, principalmente impostos	Poder do Estado de extrair recursos da sociedade através de impostos com o objetivo de financiar programas e promover bens e serviços públicos	-
Administrativa/ Burocrática/ Implementação	Tem sua base na tradição Weberiana da burocracia profissional	Capacidade de implementação de políticas públicas	-
Relacional	Capacidade de internalização de interações sociais em suas ações	Habilidade dos Estados de se envolverem e se conectarem com diversos grupos da sociedade	-
Legal	Tem suas raízes no “Estado mínimo” e corresponde à capacidade de estabelecer compromissos fiéis e cumprir com contratos	Capacidade de definir e garantir normas que vão regular as relações entre os atores	-
Política	Refere-se ao nível de poder acumulado pelos líderes eleitos para conduzir as prioridades políticas	Poder de agenda: capacidade de cumprir com as prioridades, realizar planejamento estratégico e fixar objetivos a longo prazo	-
Transformativa/ Industrialização	Capacidade de intervenção no sistema produtivo e poder de moldar a economia	-	-

Quadro 1 - Continuação

Político-relacional	-	-	“Associada às habilidades e procedimentos de inclusão dos múltiplos atores (sociais, econômicos e políticos) de forma articulada nos processos de políticas públicas, visando à construção de consensos mínimos e coalizões de suporte aos planos, programas e projetos governamentais”
Técnico-administrativa	-		“Capacidades derivadas da existência e funcionamento de burocracias competentes e profissionalizadas, dotadas dos recursos organizacionais, financeiros e tecnológicos necessários para conduzir as ações de governo de forma coordenada”

Elaborado pelas autoras (2022)

2. MÉTODO

Esta pesquisa constitui um trabalho descritivo com abordagem qualitativa, onde foi realizada uma revisão bibliográfica a partir do levantamento e análise de artigos cujo eixo temático é capacidades estatais municipais.

A busca por artigos foi realizada nas seguintes bases: Scielo, Portal de Periódicos Capes e Google Acadêmico. Os grupos de palavras-chave e critério utilizados nas *strings* de busca foram os seguintes:

Scielo: (ab:(“capacidade estatal” OR “capacidades estatais”) AND (municípios)). Coleção: todos. Busca em: 28 jan. 2022

Periódicos Capes: [no assunto] _ [contém] _ [“capacidade estatal*” OR “capacidades estatais*”] _ [AND] [no assunto] _ [contém] _ [municípios*] Periódicos revisados por pares. Busca em: 28 jan. 2022

Google Acadêmico:
allintitle: “municípios” “capacidade estatal” Busca em: 29 jan. 2022;
allintitle: “municipal” “capacidade estatal” Busca em: 29 jan. 2022;
allintitle: “municípios” “capacidades estatais” Busca em: 29 jan. 2022;
allintitle: “municipais” “capacidades estatais” Busca em: 29 jan. 2022.

Em todas as buscas foi utilizado o filtro de data para os últimos doze anos (2010 a 2021) e geraram um total de 66 artigos. Desse total, 11 eram textos repetidos e três (3) estavam indisponíveis. Restaram 52 artigos, que passaram por uma seleção a partir da leitura dos resumos a fim de se verificar quais iriam compor a lista de artigos selecionados para a leitura diagonal, pelos seguintes critérios de inclusão: ter como temática central as capacidades estatais e o município como lócus de análise. Dos 52 artigos, 22 foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão e a lista para leitura diagonal contou com um total de 30 artigos conforme tabela 1.

A técnica de leitura denominada “leitura diagonal”, também chamada de *skimming*, consiste em identificar, sem uma leitura integral do documento, se o texto atende aos critérios de seleção no trabalho (SANDIN E MACHADO, 2020). O critério de seleção desse momento foi que os artigos deveriam, além de apresentar a temática de capacidades estatais, ter o município como lócus principal das análises. Assim, foram descartados os artigos que somente mencionavam, de maneira geral, aspectos das capacidades municipais.

Tabela 1-Resultado das buscas

Repositório	Resultado	Repetidos	Indisponível	Excluídos após leitura do resumo	Leitura diagonal	Excluídos após leitura diagonal	Restantes
Capes	32	1	-	22	9	1	8
Scielo	6	4	-	-	2	-	2
Google acadêmico	28	10	3	1	14	-	15
Total	66	15	3	23	25	1	24

Elaborado pelas autoras (2022)

Ao final, 24 artigos, que desenvolveram estudos sobre capacidades estatais especificamente nos municípios, entre 2010 e 2021, compuseram o grupo de textos que foram selecionados para serem submetidos à uma leitura integral.

3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os estudos foram desenvolvidos nas seguintes temáticas: Controle e *Accountability* (1); Recursos Humanos (2); Assistência Social e cooperação intergovernamental (1); Política Tributária (1); Política Tributária e Cooperação Intergovernamental (1); Economia Criativa (1); Autonomia Organizacional Municipal e Cooperação Intergovernamental (2); Políticas Sociais (1); Finanças Públicas (1); Gestão Municipal e Indicadores (1); Segurança Pública (1); Educação e cooperação

Intergovernamental (1); Meio Ambiente e cooperação intergovernamental (3); Campo de Públicas (1); Política Fiscal e Cooperação Intergovernamental (1); Autonomia e Gestão Municipal (1); Planejamento Estratégico e cooperação intergovernamental (2); Saneamento Básico e cooperação intergovernamental (1); e Administração Orçamentária (1).

Quadro 3 - Síntese dos resultados

Autor (es)	Metodologia	Área/ tema	Dimensões
Mendes e Ferreira (2021, p. 131-132 e 143)	Pesquisa documental e análise dos dados (criação de índice e análise)	Controle e <i>Accountability</i>	Política; Relacional; Político-relacional; administrativo; fiscal.
Marengo (2017, p. 1025 e 1035)	Revisão de literatura e Análise exploratória	Recursos Humanos	Administrativa /Burocrática
Bichir, Júnior e Pereira (2020)	Estudo de caso	Assistência social e cooperação intergovernamental	Administrativa/burocrática
Marengo, Strohschoen e Joner (2017, p. 3 e 16)	Revisão de literatura, pesquisa documental e análise descritiva dos dados	Política tributária	Fiscal e Administrativa/burocrática; Coercitiva.
Aguiar e Lima (2020)	Pesquisa exploratória e descritiva com estratégia de estudo de caso e pesquisa documental	Economia criativa	Relacional/ político-relacional; legal; política; territorial.
Cardoso e Marengo (2020)	Análise exploratória	Recursos humanos	Administrativa/burocrática
Grin e Abrucio (2018, p. 1)	<i>Pathway Case</i>	Autonomia organizacional municipal e cooperação intergovernamental	Política e Legal
Grin e Abrucio (2021, p. 1)	Estudo de Caso	Política tributária e cooperação intergovernamental	Fiscal; política; administrativa

Quadro 3 - Continuação

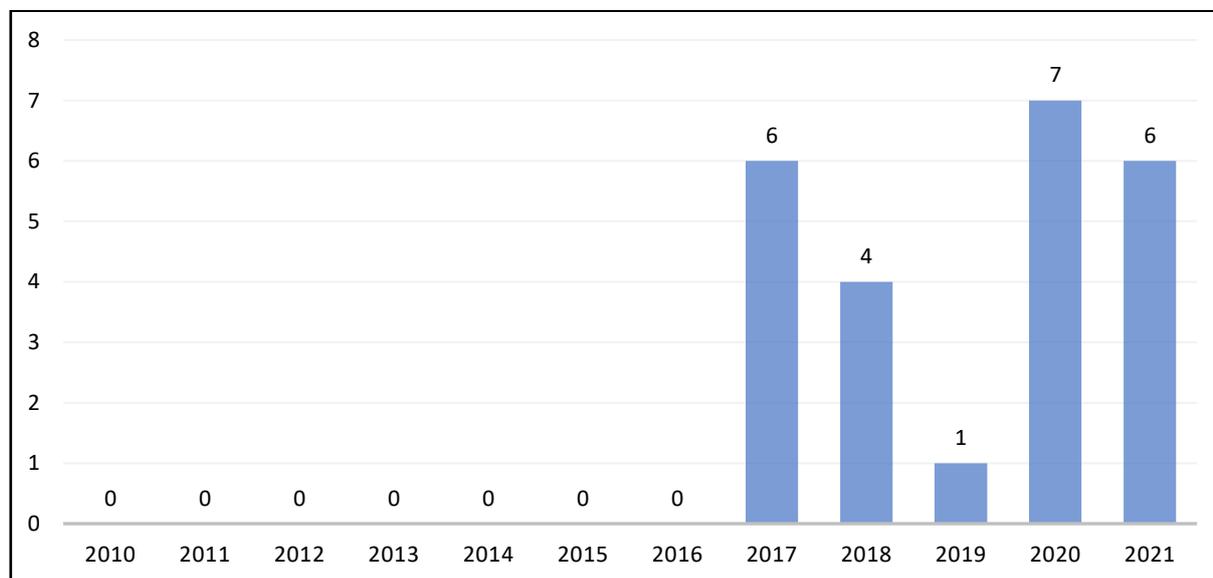
Gomes, Ferreira e Amâncio (2017, p. 99)	Revisão bibliográfica	Políticas sociais	Política; administrativa e Fiscal
Grint <i>et al</i> (2018, p. 312 e 330)	Pesquisa documental e análise dos dados utilizando regressão multivariada	Finanças públicas	Administrativa/ Burocrática; fiscal; relacional; política
Pessoa e Pereira (2020, p. 2)	Análise bibliográfica	Gestão Municipal e indicadores	Todas as dimensões foram incluídas
Madeira <i>et al</i> (2017, p. 28)	Metodologia quantitativa a partir da utilização de técnicas de estatística descritiva univariada e bivariada para análise dos dados	Segurança Pública	Coercitiva; fiscal; implementação e relacional.
Segatto, Euclides e Abrucio (2021)	Pesquisa documental, análise qualitativa dos dados e entrevistas semiestruturadas	Educação e cooperação intergovernamental	Técnico-administrativa e Político-relacional
Silva <i>et al</i> (2020)	Análise multivariada de dados secundários obtidos em pesquisa documental	Meio Ambiente	Burocrática; fiscal
Souza, Rodrigues e Silva (2019, p. 86)	Estudo de caso	Meio Ambiente	Relacional/político-relacional; Político; Fiscal.
Araújo, Taha e de Paulo (2017, p.3)	Estudo de caso	Campo de Públicas	Administrativa/burocrática.
Neto (2021)	Estudo de caso	Meio Ambiente	Administrativa/ burocrática
Grin (2021)	Estudo de caso	Política Fiscal	Fiscal
Grin e Abrúcio (2017)	Estudo quantitativo, apoiado em estatísticas descritivas e análise longitudinal	Autonomia e Gestão municipal	Administrativa/burocrática; política
Papi e Demarco (2018, p.5)	Estudo de caso e pesquisa documental	Planejamento estratégico e cooperação intergovernamental	Burocrática; relacional/político-relacional;
Grin e Abrucio (2018)	Pesquisa documental e entrevistas	Autonomia organizacional municipal e Cooperação intergovernamental	Administrativo; político

Quadro 3 - Continuação

Oliveira e Soares (2020)	Análise documental e pesquisa bibliográfica	Saneamento básico e cooperação intergovernamental	Administrativa/ burocrática; fiscal.
Marengo e Cate (2021, p. 14)	Pesquisa documental e análise de regressão linear	Administração Orçamentária	Fiscal; administrativa.
Lima <i>et al</i> (2020, p. 1 e 2)	Estudo de caso e pesquisa documental	Planejamento estratégico e cooperação intergovernamental	Administrativa.

Elaborado pelas autoras (2022)

Vale ressaltar que as dimensões das capacidades estatais identificadas nos textos não necessariamente foram citadas explicitamente nos estudos, contudo, a partir da leitura e interpretação foi possível fazer uma proposta de enquadramento.

Gráfico 1 - Quantidade de artigos por ano (2010-2021)

Elaborado pelas autoras (2022)

A partir do gráfico 1 é possível perceber um interesse pela temática no Brasil somente a partir do ano de 2017, tendo uma diminuição de publicações nos anos de 2018 e 2019, e uma ascensão, novamente, a partir do ano de 2020. Abrucio e Grin foram os autores que mais publicaram sobre o assunto, conforme quadro 4, sendo essa uma temática recente na academia brasileira.

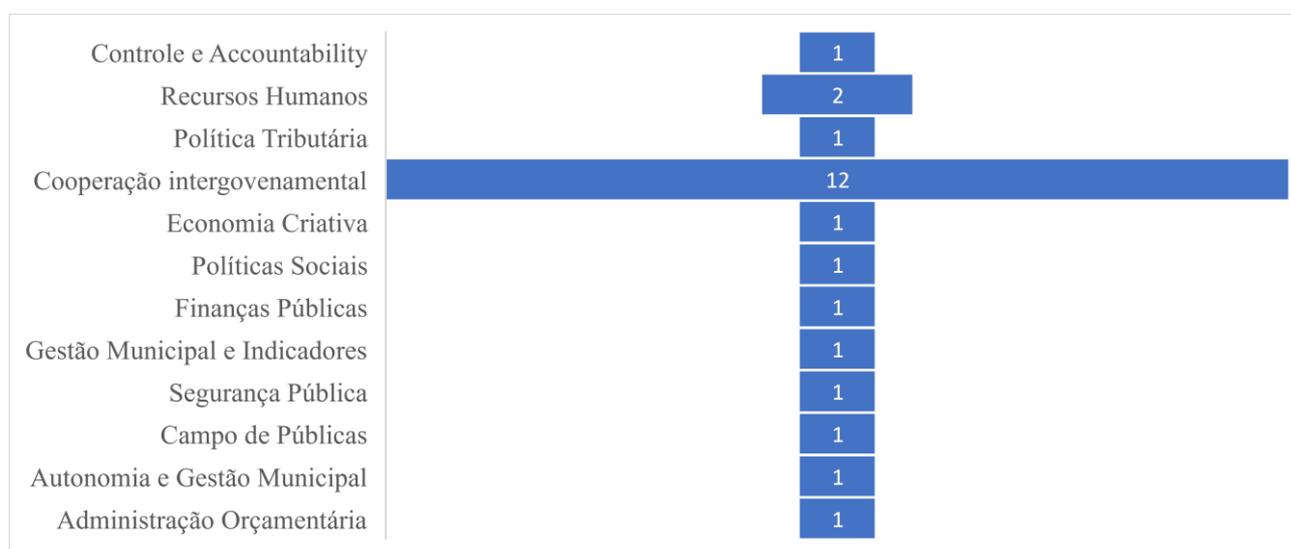
Quadro 4 – Quantidade de publicação por autores

Mendes e Ferreira	1
Marenco	1
Bichir, Júnior e Pereira	1
Marenco, Strohschoen e Joner	1
Aguiar e Lima	1
Cardoso e Marenco	1
Grin e Abrucio	4
Gomes, Ferreira e Amâncio	1
Grint <i>et al</i>	1
Pessoa e Pereira	1
Madeira <i>et al</i>	1
Segatto, Euclides e Abrucio	1
Souza, Rodrigues e Silva	1
Silva <i>et al</i>	1
Araújo, Taha e de Paulo	1
Neto	1
Grin	1
Papi e Demarco	1
Oliveira e Soares	1
Marenco e Cate	1
Lima <i>et al</i>	1
Total	24

Elaborado pelas autoras (2022)

A principal temática abordada diz respeito ao federalismo e às relações de *cooperação intergovernamental ou cooperação federativa* (gráfico 2). Mesmo considerando áreas diferentes, como assistência social ou meio ambiente, o federalismo cooperativo foi uma pauta predominante nos estudos. Unindo-se aos mais diversos temas (gráfico 3), ele predominou no estudo das capacidades.

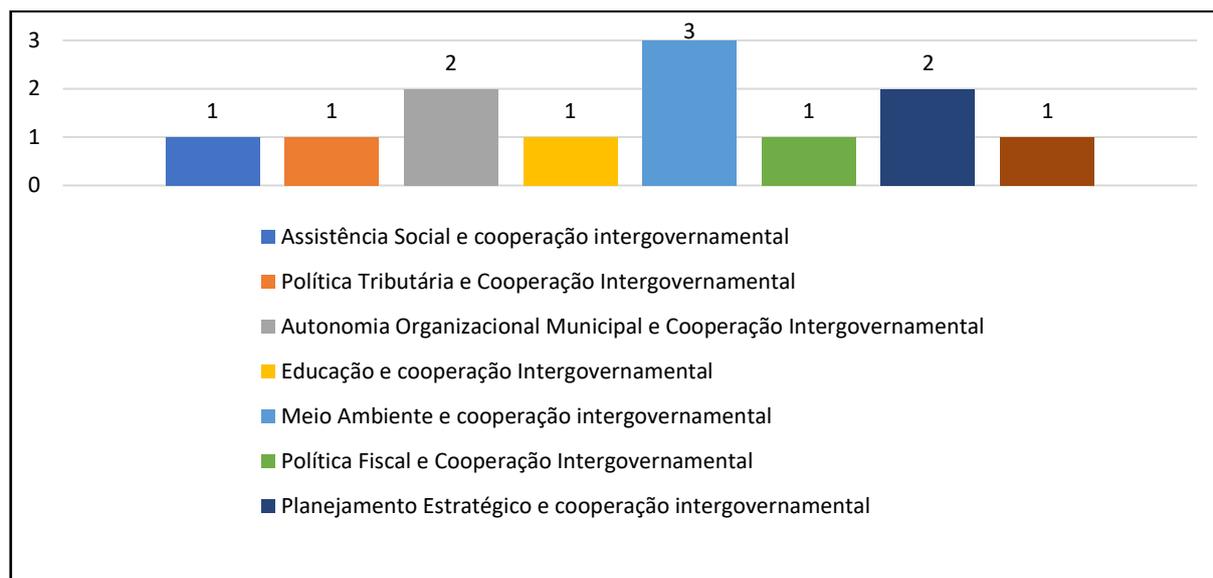
Gráfico 2 - Quantidade de artigos por tema (2010-2021)



Elaborado pelas autoras (2022)

Uma possível explicação pode ser o fato da autonomia delegada aos municípios, prevista na Constituição Federal de 1988, e a descentralização de políticas públicas não estar acompanhado, necessariamente, de capacidades estatais municipais suficientes para as responsabilidades assumidas, provocando uma interdependência entre unidades federativas para o desenvolvimento de políticas públicas (GRIN, 2017). Ou seja, mesmo que haja delimitações de poder bem definidas, decisões tomadas por uma unidade constituinte podem provocar consequências em outras (SILVA et al, 2020).

Diante dos novos papéis designados para os municípios pela Constituição Federal de 1988, e em um contexto em que a descentralização de atribuições oriunda da União só faz aumentar, a modernização das gestões municipais assume relevância como um tema de cooperação federativa (Grin, 2018). Os arranjos organizados territorialmente, por políticas públicas e programas, são rotas de cooperação federativa para promover capacidades estatais municipais (Grin & Abrucio, 2018).

Gráfico 3 – Cooperação intergovernamental

Elaborado pelas autoras (2022)

O federalismo cooperativo, como uma construção política sobre relações entre esferas de governo, dá aos entes federativos a opção de aderir às iniciativas intergovernamentais ou manter sua autonomia. Portanto, a cooperação federativa é um processo contínuo que visa gerar consensos equilibrados entre políticas emanadas da esfera central com a manutenção da autonomia subnacional (GRIN, 2021). Sendo assim, a cooperação federativa parece ser um aspecto relevante e fundamental no estudo de capacidades estatais municipais, por representar o cenário que embasa a temática.

3.1 COOPERAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL OU FEDERATIVA

O federalismo cooperativo constitui uma política optativa aos municípios, ele representa relações intergovernamentais e os governos locais possuem autonomia para aderir às iniciativas propostas ou não (GRIN, 2021).

3.1.1 Autonomia Organizacional Municipal

Grin e Abrúcio (2018) abordaram como o federalismo brasileiro atuou diante da criação de arranjos que visavam a cooperação intergovernamental objetivando o fortalecimento institucional dos municípios (GRIN; ABRÚCIO, 2018). Discutiu-se que as relações intergovernamentais que são desenvolvidas por meio de fóruns federativos e que não possuem poder de decisão e poder intragovernamental são pouco capazes de garantir desenvolvimento das capacidades estatais nos governos locais (GRIN; ABRÚCIO, 2018). A unidade de análise desse trabalho foi o Comitê de Articulação Federativa (CAF).

Verificou-se que a CAF detém poder reduzido para atuar na arena intergovernamental, além de se evidenciar a característica histórica desde a Era Vargas que perdura até os dias atuais referente

a baixa participação dos governos subnacionais na elaboração de políticas públicas diante do poder do governo federal (GRIN; ABRÚCIO, 2018). Por fim, concluiu-se que a descentralização é caracterizada mais como instrumento de poder em comparação com sua funcionalidade de cooperação em políticas públicas (GRIN; ABRÚCIO, 2018).

Em outro trabalho, os autores também analisaram o contexto do federalismo e os caminhos existentes para se obter cooperação federativa. Considerando que as rotas federativas têm por objetivo ampliar as capacidades dos governos locais, os autores analisaram os diferentes arranjos existentes no federalismo cooperativo que apresentam objetivos comuns de desenvolvimento da gestão municipal, mas que utilizam de instrumentos distintos de formulação e interpretação.

3.1.2 Política Tributária

Grin e Abrúcio (2021) reforçam a discussão de Grin e Abrúcio (2018) a respeito do desenvolvimento das capacidades estatais nos municípios ser uma questão pouco considerada no federalismo brasileiro. Os autores incluem a temática tributária por meio da análise de como programas federais que promovem as capacidades estatais nos municípios, no caso o Programa de Modernização das Administrações Tributárias (PMAT), podem provocar baixa adesão por parte dos municípios devido a dissonâncias entre gestores do programa e gestores municipais (GRIN; ABRÚCIO, 2021).

3.1.3 Assistência Social

Bichir, Júnior e Pereira (2020) investigaram os efeitos das normas federais nos serviços de assistência social básicos, a fim de perceber acréscimos da implementação e diminuição de desigualdades. Os autores afirmam que os instrumentos de coordenação federativa são de extrema valia para induzir as agendas municipais, dada a fragilidade histórica da área, considerando a literatura e os resultados das análises de dados realizada, que evidenciaram a disseminação de melhores padrões de implementação de serviços socioassistenciais localmente (BICHIR; JÚNIOR; PEREIRA, 2020). Os autores complementam que o mérito de melhorias não se relaciona somente com as induções federais, mas está interligado às capacidades e dinâmicas locais.

3.1.4 Administração Orçamentária

Marenco e Cate (2021), partindo de uma interpretação dominante na literatura sobre as relações intergovernamentais e a reduzida autonomia dos municípios sobre decisões e execução orçamentárias, buscaram realizar uma análise das diferenças existentes nessas execuções entre municípios e suas causas. Os resultados contrariam a ideia “dada como vencida” de autonomia

reduzida para decisões orçamentárias por parte dos governos locais, segundo os autores, e as variações encontradas são derivadas de causas diversas (MARENCO; CATE, 2021).

3.1.5 Política Fiscal

Grin (2021) reforça o paradoxo citado por Grin e Abrúcio (2017), afirmando que a CF 88 permitiu maior autonomia aos municípios tornando-os peças-chaves ao Estado de Bem-Estar brasileiro, contudo seguem com suas capacidades reduzidas no âmbito administrativo e Institucional. Grin (2021) também evidencia a baixa preocupação do federalismo atual com o desenvolvimento de capacidades estatais.

3.1.6 Educação

Segatto, Euclides e Abrúcio (2021) objetivaram compreender a relação entre burocracia e política educacional em municípios brasileiros mediante comparação. Como resultados, os autores identificaram uma fragilidade da dimensão técnico-administrativa na política educacional assim como uma incipiência na mobilização de atores sociais externos à secretaria, evidenciando também uma fragilidade da capacidade político-relacional, impedindo uma maior projeção das políticas educacionais (SEGATTO; EUCLIDES; ABRÚCIO, 2021). Os autores evidenciam a importância da atuação da União e governos estaduais para gerar condições mínimas de gestão aos municípios (SEGATTO; EUCLIDES; ABRÚCIO, 2021).

3.1.7 Meio Ambiente

Souza, Rodrigues e Silva (2019) realizaram uma análise comparativa entre diferentes padrões de institucionalização e desenvolvimento de capacidades estatais quanto ao meio ambiente. A partir dos resultados, os autores verificaram que os municípios analisados apresentavam graus diferentes de participação social de acordo com a gestão da época, significando que uma determinada gestão ofertava maior oportunidade e efetividade do poder para a sociedade civil e seus representantes, além de mais cadeiras nos conselhos (SOUZA; RODRIGUES; SILVA, 2019).

Silva et al (2020) objetivou em seu estudo analisar as capacidades para a produção de políticas ambientais e se essas capacidades geram efeito de adesão, ou não, dos municípios em proporcionar uma cooperação formal intermunicipal. Os autores verificaram que (1) a densidade populacional e a capacidade burocrática não interferem na decisão de adesão à cooperação, (2) os municípios de menor desempenho fiscal são aqueles que tendem a promover a cooperação intermunicipal e (3) municípios em regiões metropolitanas é fator de diminuição de probabilidade de adesão à cooperação.

Por fim, Neto (2021) observou a dificuldade de implementação da Agenda 2030/ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) frente à baixa capacidade estatal dos municípios assim

como a reduzida iniciativa do Governo Federal em promover a capacitação das gestões locais. O autor reforça a necessidade de interferência da alta gestão e cooperação federativa quanto aos assuntos da Agenda/2030 relacionados a ODS, afirmando que há questões políticas e institucionais que não se limitam ao governo municipal.

3.1.8 Planejamento Estratégico

Papi e Demarco (2018), diante de um cenário de tentativa para a cooperação federativa no que tange o planejamento, os autores buscaram identificar qual o status atual dos municípios brasileiros quanto ao planejamento e a “qualidade” desses planos (Planos Plurianuais - PPA). Papi e Demarco (2018) enfatizam a escassez de estudos a esse respeito e, especificamente, interessaram-se em compreender quais capacidades burocráticas foram desenvolvidas para o planejamento de municípios do Rio Grande do Sul após incentivos federais, como por exemplo cursos de capacitação.

Os resultados identificaram baixa capacidade relacional nas elaborações do PPAs assim como baixa capacidade administrativa/burocrática no que se refere à profissionalização e capacitação dos servidores (PAPI; DEMARCO, 2018). Ademais,

A baixa produção analítica e empírica sobre essa realidade reforça a tese de que o planejamento centralizado continua sendo uma realidade no país e precisa ser revertido, dado que cada vez mais os municípios assumem responsabilidades por prestação de serviços e condução do futuro de seu território (PAPI; DEMARCO, 2018, p. 2).

Lima *et al* (2020) buscaram uma análise semelhante à de Papi e Demarco (2018) e identificaram um quadro crítico no que diz respeito às capacidades administrativas locais, constatando em quase todos os PPAs reduzida presença de indicadores, diretrizes e diagnóstico.

3.1.9 Saneamento Básico

Finalizando o grupo de pesquisas que abordaram a cooperação intergovernamental, Oliveira e Soares (2020), à luz da Constituição Federal de 1988, buscaram identificar a qual ente federativo pertence a titularidade dos Serviços de Saneamento Básico (SSB). Os autores identificaram que municípios menores apresentam dificuldades em universalizar o SSB e, a partir da Teoria da Capacidade Estatal e considerando que a maioria dos municípios brasileiros são municípios de pequeno porte (com até 20.000 habitantes), o empenho constitucionalmente exigido aos governos locais sobre os SSB foge à realidade, sendo assim, a titularidade é estadual.

3.2 RECURSOS HUMANOS/QUALIDADE DA BUROCRACIA

Marenco (2017) procurou testar a relação entre a existência de burocracias profissionais na administração pública e a ampliação da capacidade governamental para a implementação de políticas públicas. A partir dos resultados, Marenco (2017) inferiu que os municípios brasileiros representam um excelente laboratório para observações, por apresentarem oportunidades de percepção de mudanças quanto a padrões institucionais determinados e fixos, além de possibilitar a separação das associações por variáveis demográficas, políticas e administrativas (MARENCO, 2017).

Nessa mesma temática, Cardoso e Marenco (2020) se propuseram a buscar o entendimento sobre dimensões que envolvem a composição de cargos comissionados (CC) nas burocracias municipais, a fim de associá-los a determinados desempenhos (CARDOSO; MARENCO, 2020). Os autores evidenciaram a complexidade da administração pública municipal, mediante as divergências dos testes sobre a relação de causa e efeito entre capacitação e quantidade de servidores comissionados com relação ao desempenho dos municípios.

3.3 CONTROLE E ACCOUNTABILITY

Mendes e Ferreira (2021) tiveram por objetivo analisar a influência da *accountability* e da capacidade estatal no processo de alocação de recursos em municípios de Minas Gerais. Os resultados mostraram uma relação positiva entre capacidade estatal e alocação de recursos públicos. Verificou-se que instrumentos democráticos de controle, como instrumentos eleitorais (Controle Vertical), assim como instrumentos de *accountability* (Controle Social), influenciam diretamente as capacidades estatais municipais (MENDES; FERREIRA, 2020). Contudo os autores reforçam a “necessidade do fortalecimento do aparato democrático dentro dos municípios brasileiros, de forma a fomentar a capacidade estatal dos municípios, direcionar recursos e apontar demandas.” (MENDES; FERREIRA, 2020, p. 143).

3.4 POLÍTICA TRIBUTÁRIA

Marenco, Strohschoen e Joner (2017) buscaram identificar e compreender as discrepâncias horizontais entre os municípios brasileiros em relação aos indicadores de capacidade estatal e qual era seu efeito na implementação de políticas urbanas e no processo de tributação. Adotou-se para o conceito de capacidade estatal uma definição específica associada à escala de profissionalização da burocracia governamental e a análise dos efeitos foi restringida à política tributária.

3.5 FINANÇAS PÚBLICAS

Grin *et al* (2018) se propõem a analisar um debate pouco explorado na literatura sobre os governos locais, segundo os autores, que se refere a relação entre finanças públicas e gestão pública, ou seja, compreender qual o nível de capacidades estatais dos municípios, respaldados pela sua autonomia declarada na Constituição Federal de 1988, e o quanto essas capacidades têm cooperado

para promover a melhoria do desempenho fiscal. A pesquisa visou ampliar o conhecimento sobre finanças públicas nos municípios, assim como propor um modelo que analisa variáveis de capacidade estatal, sendo elas variáveis (1) administrativas, (2) técnicas, (3) institucionais e (4) políticas, objetivando verificar seu efeito sobre a gestão fiscal (GRIN *et al*, 2018).

3.6 AUTONOMIA E GESTÃO MUNICIPAL

Grin e Abrúcio (2017) argumentaram em seu estudo que a descentralização e autonomia municipal promulgadas na Constituição Federal de 1988 (CF 88) não foram acompanhadas das capacidades estatais necessárias às novas atribuições assumidas pelos municípios. Mesmo que tenha havido aumento das competências tributárias gerando o aumento das receitas locais, outras capacidades são requeridas aos municípios para manter em funcionamento toda uma cadeia de ações (GRIN; ABRÚCIO, 2017). Mais autonomia requer maior poder de auto-regulação, que por sua vez, requer maior profissionalização da burocracia, afetando diretamente na necessidade de aumento do quadro de profissionais, demandando maior capacidade da gestão de recursos humanos (GRIN; ABRÚCIO, 2017).

Em suas análises, os autores consideraram o processo de descentralização como variável independente e verificaram um efeito mínimo dessa variável sobre o processo de modernização dos governos municipais (GRIN; ABRÚCIO, 2017). Essa constatação significa que a autonomia aos municípios declarada pela CF 88 está comprometida:

Pelo contrário, a descentralização pressiona por mais capacidade estatal municipal, mas esse processo não tem logrado êxito, como foi visto, em apoiar os governos locais nessas tarefas. Justificar que os municípios são autônomos e devem lidar com os desafios da sua organização institucional não se mostra razoável em face das exigências que o desenho descentralizado da Federação lhes incumbe desde 1988. Com efeito, diante das evidências apresentadas, lidar com as capacidades estatais municipais é um tema de relevância para o Estado brasileiro (GRIN; ABRÚCIO, 2017, p. 22 e 23).

3.7 CAMPO DE PÚBLICAS

Araújo, Taha e de Paulo (2017) relataram em seu artigo o processo de formulação da proposta para criação do Mais Gestores Públicos/ Programa de Residência em Gestão Municipal (MGP/PRGM), que posteriormente veio a se tornar uma política pública desenvolvida Fundação ENA (Escola de Governo do Estado de Santa Catarina) em parceria com prefeituras municipais. Em seu estudo, os autores trouxeram o Movimento do Campo de Públicas como conceito primordial em seu artigo (ARAÚJO; TAHA; DE PAULO, 2017). O objetivo do artigo consistiu em “relacionar o processo de legitimação e consolidação do Campo de Públicas, suas organizações e espaços

institucionais, trazendo como estudo de caso o Programa de Residência em Gestão Municipal” (ARAÚJO; TAHA; DE PAULO, 2017, p. 2)

3.8 SEGURANÇA PÚBLICA

Madeira et al (2017) buscaram compreender os níveis de desenvolvimento de capacidade estatal municipal no que tange a segurança pública das capitais brasileiras. Os autores formularam um indicador de capacidade estatal com base em quatro dimensões propostas por Cingolani (2013): (a) capacidade coercitiva, (b) capacidade fiscal, (c) capacidade de implementação (ou burocrática) e (d) capacidade relacional. Como resultado, os autores verificaram uma realidade de baixíssima capacidade estatal na segurança pública. Os autores sugerem estudos futuros que investiguem as contribuições dos arranjos institucionais na segurança pública e se essa realidade seria alterada através de uma mudança institucional.

3.9 GESTÃO MUNICIPAL E INDICADORES

Pessoa e Pereira (2020) realizaram uma revisão bibliográfica do conceito de capacidades estatais especificamente no âmbito municipal, assim como propuseram indicadores para medir as capacidades. As autoras verificaram uma gama vasta de estudos sobre capacidades no âmbito federal, todavia estudos na esfera municipal apareceram em pouca quantidade.

3.10 POLÍTICAS SOCIAIS

Semelhante à Pessoa e Pereira (2020), Gomes, Ferreira e Amâncio (2017) desenvolveram uma revisão bibliográfica sobre o conceito de capacidades estatais, propondo uma adaptação para que essas capacidades sejam aplicadas a nível municipal, fomentando o desenvolvimento de capacidade de formulação de políticas.

3.11 ECONOMIA CRIATIVA

Aguiar e Lima (2020) observaram o potencial de crescimento da economia criativa e a atuação da esfera pública para contribuir no alavancamento desse setor na esfera municipal no município de São José dos Campos (SP). Os autores afirmam que uma análise em nível local constitui um recorte privilegiado por representar uma unidade administrativa e política mais específica e delimitada quanto às competências e capacidades (AGUIAR; LIMA, 2020 apud BUARQUE, 1999; ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010). A partir de um embasamento no conceito de desenvolvimento endógeno, Aguiar e Lima (2020) buscam compreender como as localidades respondem às demandas externas ao mesmo tempo em que garantem o desenvolvimento local.

A endogeneidade representa o protagonismo do território e sociedade local no processo de desenvolvimento e abarca três pilares importantes que podem ser associados à duas dimensões da

capacidade estatal: (1) Participação, associado à dimensão fiscal; (2) normatividade, associado à dimensão legal; e, por fim, (3) Transparência, que pode ser associado à dimensão político-relacional. (AGUIAR; LIMA, 2020). Além dessas duas dimensões, é possível perceber pelo objetivo e desenvolvimento do texto a inclusão das dimensões política e territorial. Nenhuma das dimensões é evidenciada por essas nomenclaturas, mas é possível identificá-las pela interpretação.

CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi verificar, na literatura nacional, como vem se desenvolvendo o tema capacidades estatais municipais e seu papel nos diferentes setores de políticas públicas. Os achados deste trabalho revelam que o estudo nacional das capacidades estatais municipais é recente. Tendo sido considerado para o estudo um período de doze anos (2010 a 2021), o primeiro ano de publicação com essa temática foi o ano de 2017, estando a maioria das publicações nesse intervalo de tempo concentradas em dois principais autores, Abrúcio e Grin, e com estudos predominantemente focados em cooperação intergovernamental.

Assim, identificou-se que grande parte dos estudos abordados mostram que o federalismo cooperativo ainda tem grande influência na condução das políticas públicas locais pelos governos municipais. A grande influência da cooperação federativa em estudos sobre capacidades estatais municipais pode ser explicada em parte pela problemática da autonomia da gestão municipal e sua efetividade na condução e execução de políticas e projetos, após descentralização política, administrativa e financeira municipal consagrada com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Este trabalho também ratifica a conclusão de Aguiar e Lima (2019) em seu trabalho ao identificarem que grande parte dos estudos associam a capacidade estatal à administrativa ou burocrática, sendo uma das dimensões mais exploradas nos estudos sobre capacidades, principalmente no que diz respeito à profissionalização da burocracia.

Destaca-se a importância da comunidade do Campo de Públicas e sua responsabilidade em contribuir para a inserção de pautas de melhoria das capacidades estatais e da qualidade da administração pública, observando valores republicanos e democráticos e evidenciando a importância da representatividade dessa comunidade no desenvolvimento do país, segundo Araújo, Taha e de Paulo (2017).

Uma tônica recorrente na produção acadêmica revista no presente trabalho são as capacidades estatais municipais relacionadas à atividade fiscal ou tributária/fazendária dos municípios. Por outro lado, um ponto pouco explorado na literatura sobre os governos locais, se refere à relação entre finanças públicas e gestão pública.

A principal limitação deste trabalho refere-se a reduzida quantidade de publicações encontradas no período de doze anos, demonstrando uma temática ainda pouco explorada e específica à algumas áreas de estudo e à poucos pesquisadores. Paralelamente, foram consideradas na amostra de pesquisa apenas estudos nacionais sobre a temática, portanto revisões bibliográficas futuras poderiam abarcar estudos internacionais.

Sugere-se para estudos futuros o desenvolvimento de pesquisas que tenham como tema as capacidades estatais dos municípios relacionadas às políticas públicas na área da saúde e educação. Esse resultado identificado é um indicativo de que o crescente interesse pelo tema possivelmente ainda não se reflete na agenda de pesquisa acadêmica e indica uma lacuna a ser preenchida na academia.

Assim como citado anteriormente, seria interessante o desenvolvimento de estudos que abordassem a relação entre finanças públicas e gestão pública, ou seja, compreender qual o nível de capacidades estatais dos municípios, respaldados pela sua autonomia declarada na Constituição Federal de 1988, e o quanto essas capacidades têm cooperado para promover a melhoria do desempenho fiscal (GRIN et al, 2018).

Também se sugere o aprofundamento no estudo sobre cooperação federativa como forma de entender a sua relevância para o estudo das capacidades estatais municipais, uma vez que, segundo Grin e Abrúcio (2018), ainda é escassa a literatura sobre a maneira como o federalismo lida com a gestão municipal.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R.B.; LIMA, L.L. Economia criativa e desenvolvimento: uma análise do desenho da política pública de São José dos Campos (SP). *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 54, 2020 DOI: 10.5007/2178-4582.2020.e74029

ARAÚJO, F. D., TAHA, K. C. G., PAULO, V. C. L. P. **X CONSAD Congresso de Administração Pública**. Brasília, 2017.

BICHIR, R., JUNIOR, S. S., PEREIRA, G. Sistemas nacionais de políticas públicas e seus efeitos na implementação: O caso do Sistema Único de Assistência Social (Suas). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 35 n.102, 2020. <https://doi.org/10.1590/3510207/2020>

CARDOSO, A. L. R., MARENCO, A. Nomeações políticas nos governos municipais e performance burocrática: avaliando o desempenho. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 54(3):360-380, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220190020>

CINGOLANI, L. The state of State capacity: a review of concepts, evidence and measures. Maastricht: UNU-MERIT, **Working Paper** n.53, p.58, 2013. Disponível em: <https://www.merit.unu.edu/publications/working-papers/abstract/?id=5017>. Acesso em: 23 maio 2021.

CENTENO, M. A., KOHLI, A., & YASHARr, D. J. (2017). Unpacking states in the developing world: Capacity, performance, and politics. In *States in the Developing World* (pp. 1-32). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781316665657.002>

COELHO, R.; GUTH, F.; LOUREIRO, M. Capacidades governamentais municipais e desenvolvimento humano local no Brasil . **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 71, n. 4, p. 778-808, 2020. DOI: 10.21874/rsp.v71i4.4524. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/4524>. Acesso em: 23 maio 2021.

GOMES, M. D. L., FERREIRA, P. A., AMÂNCIO, J. M. Capacidade estatal e formulação de políticas sociais por municípios sob a ótica da gestão pública democrática. **Revista de Ciências Sociais Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 83-104, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70354189006>

GOMIDE, A. de Á. Capacidades estatais para políticas públicas em países emergentes: (des)vantagens comparativas do Brasil. In: GOMIDE, A. A.; BOSCHI, R. R. (orgs.). **Capacidades Estatais em Países Emergentes: o Brasil em perspectiva comparada**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27410 Acesso em: 10 junho 2021.

GRIN, E. J. et al. Sobre desconexões e hiatos: uma análise de capacidades estatais e finanças públicas em municípios brasileiros. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 23, n. 76, set./dez. 2018, 312-336. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v23n76.75417> Acesso em: 11 junho 2021

GRIN, E. J. O verso e o reverso da cooperação federativa e da difusão vertical de políticas para promover capacidade estatal nos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública e Gestão Social**, v. 13, n. 2, 2021. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351566014005>

GRIN, E. J., ABRUCIO, F. L. O elo perdido da descentralização no Brasil: a promoção das capacidades estatais municipais pelo governo federal. **Revista de Sociologia e Política**. v. 29, n. 77, e002, 2021. DOI 10.1590/1678-987321297702

GRIN, E. J., ABRUCIO, F. L. O comitê de articulação federativa no Governo Lula: os percalços da cooperação territorial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 33 n° 97, 2018. DOI: 10.1590/339703/2018

GRIN, E. J., ABRUCIO, F. L. O que dizer das capacidades estatais dos municípios brasileiros em um contexto de descentralização de políticas? XIII Congresso Nacional de Ciência Política a “La política en entredicho. Volatilidad global, desigualdades persistentes y gobernabilidad democrática”. São Paulo, 2017.

GRIN, E. J., ABRUCIO, F. L. Quando nem todas as rotas de cooperação intergovernamental levam ao mesmo caminho: arranjos federativos no Brasil para promover capacidades estatais municipais. **Revista do Serviço Público**, 69, edição especial Repensando o Estado Brasileiro 85-122, Brasília 2018

LIMA, L.L. et al. Plano Plurianual como proxy para medir capacidades estatais: um estudo sobre o planejamento governamental nos municípios da região metropolitana de Porto Alegre. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 12, e20190147. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190147>.

MADEIRA, L. M. *et al.* Capacidade estatal na segurança pública municipal das capitais brasileiras. **XI Encontro ABCP** - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

MARENCO, A. Burocracias Profissionais Ampliam Capacidade Estatal para Implementar Políticas? Governos, Burocratas e Legislação em Municípios Brasileiros. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 60, no 4, 2017, pp. 1025 a 1058. <http://dx.doi.org/10.1590/0011525820171411025>

MARENCO, A., STROHSCHOEN M. T. B., JONER, W. Para além de sístoles e diástoles: capacidade estatal, receita e *policies* nos municípios brasileiros. **10º Encontro: Ciência Política e a política: memória e futuro**. Associação Brasileira de Ciência Política. Belo Horizonte, 2016.

MARENCO, A., CATE, L. T. Municípios são todos iguais? Decisões sobre gasto, orçamento e políticas públicas em governos locais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 29, n. 77, 2021. DOI 10.1590/1678-987321297701

MENDES, W. A., FERREIRA, M. A. M. A influência da accountability na capacidade estatal, na alocação dos recursos públicos e no desenvolvimento socioeconômico em municípios brasileiros. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 18, n. 46, p. 131-147, jan./mar., 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2021.e74639>

NETO, J. M. R. O desafio de implementar a agenda 2030/ODS frente ao déficit de capacidades estatais dos municípios brasileiros. **VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública**, Brasília, 2021. Disponível em: <https://sbap.org.br/>

OLIVEIRA, T. B. G., SOARES, F. M. S. Será o saneamento básico uma espécie de serviço público de interesse local? Um estudo à luz da teoria das capacidades estatais aplicada aos municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. V. 10, N.3, p. 440-468, Brasília, 2020. Doi: 10.5102/rbpp.v10i3.7111

PAPI, L. P., DEMARCO, D. J. Planejamento Governamental nos municípios brasileiros: um debate sobre a construção das capacidades estatais no RGS. **11º Encontro ABCP - Democracia e Representação: impasses contemporâneos**. Curitiba, 2018.

PESSOA, D. G., PEREIRA, A. K. Capacidade estatal: proposta de indicadores para estudos no Âmbito da gestão municipal. **XLIV ENCONTRO DA ANPAD**, 2020.

SANDIM, L.T.; MACHADO, A. D. O Paradigma das Políticas Públicas Baseadas em Evidências na Gestão Pública Brasileira: uma análise das publicações acadêmicas. *Boletim de Análise Político-Institucional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 41-47, 1 nov. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi24art3>. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37158&Itemid=6 Acesso em: 14 nov. 2022.

SÁTYRO, N. G. D., CUNHA, E. S. M. e CAMPOS, J. Análise espacial da burocracia da assistência social nos municípios brasileiros: notas para uma reflexão sobre a capacidade de implementação dessa política. **Opinião Pública** [online], v. 22, n. 2, p. 286-317, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-01912016222286>>. Acesso em: 27 junho 2021.

SEGATTO, C. I., EUCLYDES, F. M., ABRUCIO, F. Capacidades estatais e seus efeitos nas políticas municipais de educação. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 26, n. 84, p. 1-19, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v26n84.81938>

SILVA, A. L. N. *et al.* Capacidades estatais e cooperação intergovernamental: a implementação da política nacional de meio ambiente pelos municípios brasileiros. 12º Encontro ABCP. João Pessoa, 2020.

SOUZA, L. A. M.; RODRIGUES, M.; SILVA, P. S. Institucionalização e capacidades estatais em dois municípios capixabas atingidos pelo desastre-crime do rio Doce: os casos de Colatina e Linhares. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 19, n. spe, p. 84-103, dez. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000400006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 31 jan. 2022.

STROHSCHOEN, M. T. B., JONER, W. Capacidade estatal, burocracia e tributação nos municípios brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 25, n. 64, p. 3-21, dez. 2017. DOI 10.1590/1678-987317256401